

Ministro do TSE quer coibir uso do poder econômico

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Rafael Mayer, 61, defendeu ontem maiores poderes ao Ministério Público para que se possa coibir o abuso do poder econômico nos pleitos — os promotores teriam, assim, condições de receber denúncias e determinar a investigação dos crimes eleitorais. "Sem isso, o juiz nada pode fazer", disse o presidente do TSE, ao comentar reportagem da Folha sobre o poder econômico na campanha à Constituinte. De acordo com a notícia, uma vaga custará, em média, Cr\$ 2,1 bilhões, devido aos gastos necessários à campanha.

O ministro da Educação, Marco Maciel, 45, o assessor especial da Presidência, Célio Borja, assim como a maioria dos parlamentares ouvidos, afirmam que não se deve confundir abuso do poder econômico com eventuais proibições à prática política do empresariado. "Devemos, apenas, garantir direitos iguais, como prega o liberalismo", defende Maciel. "Seria absurdo atacar os empresários, um grupo que garante a liberdade de iniciativa, pedra basilar da democracia".

"Concordo plenamente", afirma o relator da comissão interpartidária encarregada de rever a legislação eleitoral, deputado João Gilberto (PMDB-RS), 42. "Nós pretendemos, de fato, dar maiores poderes ao Ministério Público a fim de que fiscalize, por exemplo, a propaganda", disse o deputado.

Marco Maciel classificou de "importante alerta" a reportagem da Folha: "Se não criarmos uma legislação eficaz, corremos o risco de cair não numa democracia, mas numa plutocracia". Ele acha que um dos mecanismos é facilitar o acesso dos candidatos aos meios de comunicação de massa.

O Célio Borja acredita que está em jogo a estabilidade das instituições. "Se o Congresso — disse — for representativo, essencialmente, dos ricos, ele não será plenamente aceito. Não terá sólidas raízes populares". Candidato à Constituinte, Borja propõe o voto distrital: "Um candidato que tenha que percorrer todo o Estado, com sua enorme extensão, terá inevitavelmente um custo elevado". Ele informa que o Palácio do Planalto não se envolverá na ques-



Maciel, Borja e João Gilberto mostram preocupação com eventuais abusos do poder econômico nas eleições

Empresários negam candidatura à Constituinte

Da Sucursal do Rio e Reportagem Local

O empresário Amaury Temporal, 47, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, disse que não faz parte de seus planos candidatar-se à Constituinte ou apoiar financeiramente a candidatura de quem quer que seja: "No momento, dirijo uma entidade empresarial que congrega pessoas com convicções políticas e partidárias diferentes. Ética e operacionalmente seria impossível qualquer atitude nesse sentido."

Segundo Temporal, seria hipocrisia acreditar na impossibilidade de influência do poder econômico na eleição dos candidatos à Constituinte, pois "quem quiser, como indivíduo ou como empresário, apoiar economicamente um candidato poderá fazê-lo nos limites da lei". Ele acredita que o

voto distrital facilitará a eleição dos candidatos sem grande apoio financeiro.

O presidente da Associação Comercial do Rio disse que as propostas de sua entidade "são para o Brasil, não para a classe empresarial", daí não haver necessidade de investir em um representante próprio. "Nosso projeto permeia diversos partidos políticos. Mas evidentemente não vamos também fazer proselitismo junto aos PCs do Brasil", disse.

O empresário Antonio Ermírio de Moraes, 57, superintendente do grupo Votorantim, disse que não é candidato à Constituinte.

O deputado estadual Napoleão Velloso (PMDB), 27, filho de Climério Velloso, empresário do grupo Casas da Banha, afirma não pretender se candidatar à Constituinte, conforme

especulou o deputado Amaral Neto (PDS). Ele considera a influência do poder econômico "normal em todos os países" e afirma que "qualquer forma de representação é legítima. Se o setor privado tem condições para isso é legítimo que o faça, assim como a esquerda organizada também".

"Não é verdade que eu queira me candidatar à Constituinte. Não pretendo e não sou filiado a partido nenhum", disse o empresário Rui Barreto, 58, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio de Janeiro. Ele descartou a possibilidade de que a entidade que preside apóie algum candidato à Assembleia Nacional Constituinte. "É possível que cada um, isoladamente, apóie algum amigo, mas não as Federações em seu conjunto", disse.

tão, mas o presidente José Sarney dará todo apoio à medidas que melhorem a representatividade dos poderes.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), 50, 1º vice-presidente da Câmara disse que se o poder econômico prevalecer nas eleições, "as verdadeiras lideranças vão acabar". Segundo Humberto Souto, quem tem base eleitoral se elegerá deputado constituinte com menos de Cr\$ 2,1 bilhões. "Mas, aquele que não tem base, vai ter de gastar dez vezes mais", afirmou.

Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), 61, 3º secretário da Câmara, falou

que o Brasil corre o risco de ter um Parlamento representado somente pelos industriais e poderosos, sem qualquer liderança popular, caso persista a utilização do poder econômico. Acha que os industriais devem também fazer esforço para eleger "gente sua, mas não podem transformar isso em norma, tirando o pobre do Congresso".

O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, 53, disse que a estimativa para a eleição do deputado Constituinte "é fantástica". Segundo ele, os deputados estão preocupados com a decisão dos homens de dinheiro — banqueiros e industriais, sobretudo

do Nordeste, que anunciam sua disposição em disputar as eleições. Quanto a um possível reflexo do poder econômico na nova Constituição, explicou que está resignado: "O que é que se vai fazer? O povo é quem vai escolher".

O senador Humberto Lucena 57, líder do PMDB no Senado, considerou os Cr\$ 2,1 bilhões necessários à eleição de um deputado Constituinte "um exagero". Lembrou que na eleição passada, na Paraíba, quem gastou mais teve de desembolsar cerca de Cr\$ 60 milhões — Cr\$ 500 milhões hoje.

Pasta 09/85
021/1985